

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

FORTALEZA/CE, MAIO DE 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais (R\$)

		01/03/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/12/2025
ATIVO		245.565.661,24	260.441.217,31
CIRCULANTE	Nota	179.643.482,03	197.577.559,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	82.757.448,95	127.904.773,28
Clientes	5	9.217.361,86	2.483.930,86
Clientes a Faturar	6	54.616.166,09	41.425.165,36
Créditos Tributários	7	32.703.873,49	25.437.107,04
Créditos Com Funcionários	8	271.767,76	263.077,52
Almoxarifado	9	76.863,88	63.505,69
NÃO CIRCULANTE		65.922.179,21	62.863.657,56
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.572.684,91	2.558.871,08
Outros Créditos	10	18.533,50	18.533,50
Depósitos Judiciais	11	2.554.151,41	2.540.337,58
IMOBILIZADO	12	63.349.494,30	60.304.786,48
Bens em Operação		13.412.657,15	13.359.405,05
(-) Depreciação Acumulada		-10.463.702,49	-10.152.022,40
Bens Recebidos em Comodato	13	57.097.403,83	57.097.403,83
Bens em Direito de Uso	14	3.303.135,81	-
INTANGÍVEL	15	-	-
Programas de Computadores		-	-
(-) Amortização Acumulada		-	-
PASSIVO		245.565.661,24	260.441.217,31
CIRCULANTE		93.573.502,00	121.708.111,53
Fornecedores	16	12.721.726,15	4.656.586,05
Fornecedores a Faturar	17	66.124.740,71	104.231.007,37
Obrigações Tributárias	18	9.430.012,35	9.477.354,98
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	19	2.580.547,79	3.064.370,86
Provisões Trabalhistas	20	2.098.211,60	202.269,25
Outras Obrigações		67.740,76	76.523,02
Subvenção a Apropriar		550.522,64	-
NÃO CIRCULANTE		61.892.658,40	59.207.095,12
Provisões Para Contingências	21	2.152.745,92	2.109.691,29
Subvenção a Apropriar		2.642.508,65	-
Bens Cedidos em Comodato		57.097.403,83	57.097.403,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	90.099.500,84	79.526.010,66
Capital Social		13.748.706,73	13.748.706,73
Reserva Legal		1.975.944,74	-
Reserva De Lucros		74.374.849,37	65.777.303,93

Fortaleza/CE, 31 de março de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO
SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.07.15 07:45:28 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

KARINNY CUSTODIO
DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.07.14 19:34:32 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por RIVEA
CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.07.14 17:27:34 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital
por EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

Valores expressos em Reais (R\$)

		01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
RECEITA BRUTA	Nota	111.783.998,03	122.018.824,39
Serviços Prestados		103.255.468,41	108.877.065,64
Transferências do Estado do Ceará		8.528.529,62	13.141.758,75
DEDUÇÕES DA RECEITA		-9.058.485,46	-4.043.404,25
(-) Impostos Sobre Serviços		-9.058.485,46	-4.043.404,25
RECEITA LÍQUIDA	23	102.725.512,57	117.975.420,14
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	-78.626.249,76	-94.475.838,66
(-) Pessoal e Encargos		-1.854.717,87	-1.825.096,00
(-) Materiais e Serviços		-76.624.545,37	-92.371.533,82
(-) Depreciação e Amortização Técnica		-146.986,52	-299.288,49
ICMS Sobre Entradas		-	20.079,65
RESULTADO BRUTO		24.099.262,81	23.499.581,48
(+/-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	25	-15.152.514,19	-12.569.488,37
(-) Despesas com Pessoal e Encargos		-13.616.736,89	-11.244.881,58
(-) Despesas Gerais e Administrativas		-1.392.777,49	-1.052.001,59
(-) Depreciação e Amortização Administrativa		-209.078,75	-282.645,20
(-) Despesa Tributárias		-971,05	-
(-) Outras Despesas Operacionais		-114.490,83	-
(+) Outras Receitas Operacionais		181.540,82	10.040,00
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		8.946.748,62	10.930.093,11
RESULTADO FINANCEIRO	26	3.041.522,56	1.227.243,24
(-) Despesas Financeiras		-	-
(+) Receitas Financeiras		3.041.522,56	1.227.243,24
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		11.988.271,18	12.157.336,35
(-) Provisão Para Contribuição Social		1.069.650,61	1.087.086,98
(-) Provisão Para Imposto de Renda		345.130,39	235.896,98
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27	10.573.490,18	10.834.352,39

Fortaleza/CE, 31 de março de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO
SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.07.15 07:48:02 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
CPF: 074.179.208-70
Presidente

RIVEA CRISTINA DA
SILVA
FREITAS:019148903
45
Assinado de forma digital por
RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.07.14 17:28:19
-03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas
CRC/CE: 026274/O-4
Contadora

KARINNY CUSTODIO
DE
MELO:01457183366
Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.07.14 19:34:50 -03'00'

Karinny Custódio de Melo
CPF: 014.571.833-66
Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304
Assinado de forma digital
por EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Edésio Cardoso Filho
CPF: 168.500.413-04
Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA
Valores expressos em Reais (R\$)

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.573.490,18	10.834.352,39
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	10.573.490,18	10.834.352,39

Fortaleza/CE, 31 de março de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por
HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.07.15 07:48:42 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

RIVEA CRISTINA DA
SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por
RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.07.14 17:28:41 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

KARINNY CUSTODIO
DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.07.14 19:35:05 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital
por EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO – DMPL

Valores expressos em Reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVA LEGAL	LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31/12/2024	13.748.706,73	26.258.409,11		-	40.007.115,84
Lucros/Prejuízos do Exercício	-	-	-	10.834.352,39	10.834.352,39
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos	-	10.834.352,39	-	-10.834.352,39	-
Saldo em 31/03/2025	13.748.706,73	37.092.761,50	-	-	50.841.468,23
Lucros/Prejuízos do Exercício				28.684.542,43	28.684.542,43
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos		28.684.542,43	-	-28.684.542,43	-
Saldo em 31/12/2025	13.748.706,73	65.777.303,93	-	-	79.526.010,66
Lucros/Prejuízos do Exercício	-	-		10.573.490,18	10.573.490,18
Constituição de Reserva Legal	-	-1.975.944,74	1.975.944,74		-
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos		10.573.490,18	-	-10.573.490,18	-
Saldo em 31/03/2026	13.748.706,73	74.374.849,37	1.975.944,74	-	90.099.500,84

Fortaleza/CE, 31 de março de 2026.

HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JUNIOR:07417920870

Dados: 2026.07.15 07:49:14 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

RIVEA CRISTINA DA SILVA FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por RIVEA CRISTINA DA SILVA FREITAS:01914890345

Dados: 2026.07.14 17:28:55 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

KARINNY CUSTODIO DE MELO:01457183366

Assinado de forma digital por KARINNY CUSTODIO DE MELO:01457183366

Dados: 2026.07.14 19:35:24 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO FILHO:16850041304

Assinado de forma digital por EDESIO CARDOSO FILHO:16850041304

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC MÉTODO INDIRETO
Valores expressos em Reais (R\$)

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	-41.790.936,42	607.644,05
Resultado Líquido do Exercício	10.573.490,18	10.834.352,39
Ajuste de Receitas e Despesas que não afetam o Caixa		
(+) Depreciação e Amortização	311.680,09	581.933,69
(+/-) Outras Mutações do Patrimônio Líquido	-	-
Ajuste Pelas Variações dos Ativos e Passivos Operacionais	-52.676.106,69	-10.808.642,03
(Aumento)/Diminuição de Clientes	-6.733.431,00	-6.679.479,38
(Aumento)/Diminuição de Créditos Tributários	-7.168.742,73	-4.139.023,85
(Aumento)/Diminuição de Créditos em Créditos Com Funcionários	-8.690,24	-73.145,48
(Aumento)/Diminuição de Almoxarifado	-13.358,19	-1.981,49
(Aumento)/Diminuição de Clientes a Faturar	-13.191.000,73	-27.551.593,35
(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	-13.813,83	-
(Aumento)/Diminuição de Fornecedores	8.065.140,10	-5.835.403,00
(Aumento)/Diminuição de Fornecedores a Faturar	-38.106.266,66	33.607.477,98
(Aumento)/Diminuição de Obrigações Tributárias	-145.366,35	-124.523,62
Aumento/(Diminuição) de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-483.823,07	-443.152,83
Aumento/(Diminuição) de Provisões	1.895.942,35	453.353,91
Aumento/(Diminuição) de Provisões para Contingências	43.054,63	-
Aumento/(Diminuição) de Subvenções a Apropriar	3.193.031,29	-
Aumento/(Diminuição) de Outras Obrigações	-8.782,26	-21.170,92
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento (2)	-3.356.387,91	-16.000,00
Compra de Ativo Imobilizado/Intangível	-53.252,10	-16.000,00
Adição de Bens de Direito de Uso	-3.303.135,81	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento (3)	-	-
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa (1; 2; 3)	-45.147.324,33	591.644,05
Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	127.904.773,28	36.410.405,28
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	82.757.448,95	37.002.049,33
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO EXERCÍCIO	-45.147.324,33	591.644,05

Fortaleza/CE, 31 de março de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO
SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.07.15 07:49:42 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

KARINNY CUSTODIO
DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.07.14 19:35:44 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

RIVEA CRISTINA DA
SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por
RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.07.14 17:29:11 -03'00'

Rivea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital
por EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei nº 13.006 de 24 de março de 2000, alterada pelas Leis nº 13.875 de 07 de fevereiro de 2007, nº 14.335 de 20 de abril de 2009, nº 15.215 de 05 de setembro de 2012, nº 16.710 de 21 de dezembro de 2018, nº 18.310 de 17 de fevereiro de 2023, nº 18.539 de 30 de outubro de 2023, regida por seu Estatuto Social, por seu Regimento Interno, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo vinculada à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará.

Sua atuação, também fundamentada pela Lei do Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação nº 16.727, de 26 de dezembro de 2018, consiste em oferecer infraestrutura tecnológica e serviços especializados que possibilitam a implementação de políticas públicas, apoiando, essencialmente, órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na modernização da gestão, na transformação digital e na prestação de serviços à população por meio de canais digitais.

De acordo com o art. 4º do Estatuto Social, publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de novembro de 2025, a ETICE tem por objeto social:

- I – prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, os Órgãos e Entidades da União, dos Municípios e de outros poderes, à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;
 - II – prestar serviços de assessoramento, consultoria, pesquisa, desenvolvimento, implantação, operação, manutenção, gerenciamento, suporte técnico e de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;
 - III – desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar a definição de políticas públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito do Poder Executivo Estadual; e
 - IV – realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual.
- Parágrafo único – Os serviços prestados pela ETICE abrangem soluções relacionadas à garantia da segurança e da inviolabilidade dos dados da Administração Pública Estadual, ao relevante interesse coletivo, voltadas ao desenvolvimento e à utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação nos produtos e serviços ofertados, dentro de padrões de eficiência, eficácia e economicidade.

Conforme art. 5º do mesmo normativo, à consecução de seu objeto social, a ETICE poderá:

- I – desempenhar suas atividades mediante convênios, contratos, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres, para ampliar sua inserção competitiva no mercado internacional e no mercado de inovações.
- Parágrafo único – A ETICE poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, sendo-lhe facultado participar do capital social de empresas constituídas que atuem na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Acerca da finalidade da ETICE, o art. 6º do Estatuto Social dispõe que a empresa deverá:

- I – prestar serviços de TIC aos Órgãos e às Entidades da Administração Pública Estadual, aos Órgãos ou às Entidades da União, dos Municípios e de outros poderes, à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;
- II – implementar, operar, gerenciar, expandir e manter as redes e estruturas de provimento e suporte de serviços de telecomunicação, radiocomunicação, datacenters e outros sistemas de comunicação de propriedade ou posse da Administração Pública Estadual;
- III – prestar serviços de transporte de dados, acesso e conexão à Internet em banda larga;
- IV – prestar apoio e suporte às políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para órgãos e entidades do Estado e pontos de interesse público;
- V – gerenciar a infraestrutura de redes objeto de concessão;
- VI – prestar serviços de consultoria e assessoria na área de TIC;

- VII – prestar serviços em nuvem computacional e prover soluções tecnológicas, seja por meio de tecnologia própria da ETICE ou pela integração de serviços e sistemas de terceiros fornecedores, parceiros de negócios ou clientes da ETICE;
- VIII – realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual, compreendendo a gerência da Internet, a gestão de riscos e de segurança da informação, além de outras que sejam definidas, relacionadas à TIC;
- IX – assessorar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicação dos Ambientes de TIC do Governo do Estado do Ceará;
- X – propor sistemas específicos e soluções de integração dos sistemas corporativos estratégicos no âmbito do Governo;
- XI – assessorar ao órgão competente na Administração Pública Estadual na proposição e execução das diretrizes, das estratégias, das políticas, das normas, dos padrões e das orientações para o uso da TIC a serem observadas pela Administração Pública Estadual;
- XII – definir arquitetura de tecnologia digital e desenvolver estrutura de sustentação de plataformas digitais;
- XIII – apoiar a governança digital da Administração Pública Estadual;
- XIV – construir e gerenciar os processos referentes às aquisições/contratações corporativas de bens e serviços de TIC no âmbito do Governo do Estado do Ceará;
- XV – prestar assessoramento técnico ao órgão competente na Administração Pública Estadual na análise e emissão de pareceres referentes às aquisições de bens e serviços de TIC não padronizados, pelos Órgãos e Entidades estaduais, inclusive para contratação de serviços de consultorias em TIC;
- XVI – desenvolver estudos e pesquisas científicas, visando à identificação de soluções estratégicas e estruturantes de TIC;
- XVII – fomentar a geração de clusters de inovação na área de TIC no Estado, seja de forma interna, seja através de ações indutoras ao ambiente externo dentro do Estado;
- XVIII – prestar serviços de engenharia voltados à implantação e manutenção de infraestrutura de TIC, incluindo redes de radiocomunicação, telecomunicações, datacenters e outros sistemas de comunicação, integrando soluções tecnológicas às suas estruturas físicas para atender às demandas da Administração Pública;
- XIX – executar outras atividades que lhe forem definidas em legislação específica.

NOTA 02 — APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis Trimestrais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às disposições da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações). Desta forma, contemplam as modificações nas práticas introduzidas pelas Leis nº. 11.638/2007 e 11.941/2009 e regulamentações emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas provenientes dos serviços prestados e os custos e despesas são registradas pelo regime de competência. Já as receitas provenientes das transferências do Governo do Estado do Ceará são registradas pelo regime de caixa, de acordo com as informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFE).

No que se refere ao resultado da atividade, este é incorporado ao patrimônio líquido somente ao término de cada exercício social, isto é, em 31 de dezembro.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA

As aplicações financeiras da ETICE estão concentradas na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Banco do Brasil, sendo na CEF registrado o maior volume aplicado. As aplicações são realizadas em conformidade com a política de gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade, com o objetivo de preservar o capital, garantir liquidez e obter rentabilidade compatível com as condições de mercado.

Os recursos aplicados correspondem exclusivamente a aplicações de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a baixíssimo risco, sendo classificadas como equivalentes de caixa quando aplicável, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

c) IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, sendo a depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Os ativos presentes neste item compreendem máquinas e equipamentos, bens utilizados na prestação de serviços e bens móveis administrativos.

d) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

As férias vencidas, as proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

(e) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são reconhecidos quando a perda é avaliada como provável, implicando provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os valores envolvidos podem ser estimados com razoável segurança.

Essa avaliação considera, entre outros fatores, a opinião dos assessores jurídicos da organização, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, o grau de complexidade das causas e o posicionamento predominante dos tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. Já aqueles classificados como perdas remotas não requerem constituição de provisão nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate desses depósitos, exceto em caso de desfecho favorável da demanda para a empresa.

(f) RECEITAS E DESPESAS

A ETICE adota o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, bem como para o reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, ou seja, independentemente de sua conversão em entradas ou saídas de caixa.

(g) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e à moeda de apresentação da Empresa. Os valores são expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

(h) ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A classificação de ativos e passivos em circulantes e não circulantes é realizada em conformidade com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos são classificados como circulantes quando se espera sua realização no curso normal do ciclo operacional da empresa, quando se prevê sua realização no prazo de até doze meses após a data do balanço ou quando se trata de caixa e equivalentes de caixa, exceto se houver restrição à sua utilização por período superior a doze meses.

Os passivos são classificados como circulantes quando se espera sua liquidação no curso normal do ciclo operacional da empresa, quando devam ser liquidados no prazo de até doze meses após a data do balanço ou quando a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por período superior a doze meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

i) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O IRPJ é calculado com base no lucro tributável, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240.000,00 no período de 12 meses. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os encargos tributários são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

NOTA 4 — CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
CAIXA MATRIZ	-	4.500,00
Suprimento de Fundo	-	4.500,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	-	1.567,06
Banco do Brasil Ag 8-6 C/C 1701132-9	-	1.567,06
APLICACOES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	82.757.448,95	36.995.982,27
Aplicação Rende Fácil BB	787.647,23	397.189,87
BB CP Adm Supremo - Ct 1701.132/9	-	70.825,52
Caixa FIC Premium Rf Ref DI LP	81.969.801,72	36.527.966,88
TOTAL	82.757.448,95	37.002.049,33

Os valores monetários que compõem o caixa e seus equivalentes referem-se aos recebimentos decorrentes da prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação à carteira de clientes, bem como às aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimento mantidos na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Banco do Brasil.

Os fundos são caracterizados por operações de curto prazo, com resgate automático e liquidez diária.

NOTA 5 — CLIENTES

A seguir, destacam-se os valores que compõem o saldo da conta patrimonial “Clientes”, correspondentes aos serviços prestados, faturados e ainda não convertidos em entrada de caixa. Do referido saldo deduz-se o valor constituído como Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

Para sua constituição, foram considerados os saldos de exercícios anteriores e adotado como critério o reconhecimento de títulos inadimplidos com atraso igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, cumulativamente à avaliação de baixa ou remota expectativa de recebimento, sem prejuízo da continuidade das ações de cobrança.

O valor de R\$ 16.437,60 apresentado com sinal invertido, refere-se a clientes ainda não identificados no sistema de Ambiente Seguro da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) até a data de encerramento do trimestre. A Administração informa que já está adotando as providências necessárias para a devida identificação desses registros.

CLIENTES	31/03/2026	31/03/2025
SEFAZ/MA - Secretaria de Estado da Fazenda Maranhão	1.417.198,06	853.076,17
PCCE - Polícia Civil	1.376.863,74	-
SEGOV/MA - Secretaria de Estado de Governo Maranhão	1.270.164,63	-
SSPDS - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	1.162.086,60	4.191.136,95
MPCE - Fundo de Reaparelhamento e Modernização	1.128.392,05	32.217,98
SAP-SEJUS - Secretaria de Justiça e Cidadania	489.871,63	-
SESPORTE/SEJUV - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceara	436.075,55	348,41
Centro de Hematologia e Hemoterapia Ceara	281.349,10	-
ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará	232.803,09	-
CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceara	231.757,46	-
Fundo Municipal de Saúde de Porto Velho	227.791,76	-
SEAS - Superintendência do Sistema Estadual de	219.494,59	245.833,55
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente	206.143,84	6.494,54
PGE - Procuradoria-Geral do Estado	179.222,87	4.107,04
ESP - Fundo Estadual de Saúde	176.119,75	296.581,70
PMCE - Polícia Militar do Ceara	149.663,66	40.291,14
SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão	128.973,62	895.027,41
ZPE - Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações do Ceará	125.755,51	124.268,43
SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	125.421,07	-
CONSANPA - Companhia de Saneamento do Pará	109.689,31	28.446,40
SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará	108.200,57	206.059,74
Município de Caucaia	95.200,00	95.200,00
Câmara de Fortaleza	85.727,34	1.846,68
Superintendência da Polícia Rodoviária Federal	78.486,62	204.236,01
CEASA - Centrais de Abastecimento do Ceará	58.351,17	56.551,77
PGJ - Procuradoria Geral da Justiça	54.903,94	155.941,37
Laranet - j. Elvis Frota ME	54.311,59	54.311,59
Fundo Esp de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário	51.267,45	220.795,91
SECULT - Secretaria da Cultura	38.564,13	-
Casa Civil	33.611,73	112.565,91
SEDIH - Secretaria dos Direitos Humanos	30.524,72	16.805,72
Prefeitura Municipal de Redenção	30.225,14	-
CGE - Controladoria Geral do Estado	29.700,79	-
Prefeitura Municipal de Hidrolândia	23.472,00	23.472,00
CBMCE - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceara	22.102,21	40.405,78
EGP - Escola de Gestão Pública do Estado Ceará	18.243,90	-
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda	17.250,00	17.250,00
SEINFRA - Secretaria da Infraestrutura	17.172,98	-
NUTEC - Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará	16.891,17	1.041,54
Fundo Municipal de Saúde (Guaramiranga)	9.944,00	9.944,00
SOHIDRA - Superintendência de Obras Hidráulicas	9.319,44	-
SEDUC - Secretaria de Educação	8.787,88	-
DPGE - Fundo de Apoio e Aparelhamento da Procuradoria Geral do Estado	8.359,06	36.577,68
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	6.883,03	-
ADECE - Agência de Desenvolvimento do Ceará	4.755,89	26.902,10
METROFOR - Cia Cearense de Transportes Metropolitano	4.045,07	-
URCA - Universidade Regional do Cariri	3.467,00	-
Fundo de Modernização e Reaparelhamento	3.294,60	-
IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará	2.737,60	-
Município Várzea Alegre	1.767,72	-
Prefeitura Municipal de Brejo Santo	1.675,68	-
Secretaria Municipal de Assis Social	1.435,02	1.435,02
Câmara de Ocara	1.285,01	-
SETUR - Secretaria Estadual do Turismo	1.140,07	9.936,76
SECITECE - Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação do Ceará	1.102,84	2.356,20
UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú	1.024,35	20.041,38
Prefeitura de Orós	956,68	478,34
SPS - Secretaria de Proteção Social e Just Mulheres	919,54	-
Fundo da Assistência Social Carius	557,94	-
FUNECE - Fundação Universidade Estadual do Ceará	55,04	111.314,03

ISGH - Inst de Saúde Gestão Hospitalar	-	5.531,48
SDE - Secretaria do Desenvolvimento Econômico	-	40.136,79
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente	-	2.684,31
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito Estado do Ceará	-	127.534,80
CGD - Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos Públicos	-	22.653,45
TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	-	2,43
CIPP- Ceará Portos - Companhia de Integração Portuária Ceará	-	18.027,40
TRE - Tribunal Regional Eleitoral	-	4,06
ISSEC - Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	-	34.124,63
Município de Baturité	-	21.719,16
SPA - Secretaria de Pesca e Aquicultura	-	13.697,49
Câmara de Barbalha	-	0,02
Município de Assaré	-	478,34
SET - Secretaria do Trabalho	-	4.821,83
Superintendência Estadual de Compras e L	-	3.469,87
(-) Clientes A Identificar	-16.437,60	-
(-) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.378.759,34	-1.390.963,38
TOTAL	9.217.361,86	7.047.221,93

NOTA 6 — CLIENTES A FATURAR

A ETICE presta serviços a órgãos e entidades da Administração Pública, cujos pagamentos estão condicionados à formalização do aceite dos serviços prestados pelo contratante.

Após a execução dos serviços, o cliente realiza a verificação e formaliza o respectivo aceite. Somente após essa etapa é encaminhada à empresa a nota de empenho da despesa e solicitada a emissão da correspondente nota fiscal, momento a partir do qual se inicia o processo de liquidação financeira, nos termos da Lei nº 4.320/1964.

Em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando os serviços são efetivamente prestados, refletindo a transferência do controle dos serviços ao cliente.

Dessa forma, ao final de cada período de período, podem existir receitas já incorridas, porém ainda não faturadas e, consequentemente, não convertidas em caixa. Tais valores são reconhecidos na conta transitória “Clientes a Faturar”, em conformidade com os critérios de reconhecimento estabelecidos pelas normas contábeis.

Demais clientes: Corresponde ao agrupamento de clientes cujos saldos individuais a faturar variam de R\$ 48,00 a R\$ 188.000,00, considerados individualmente não relevantes para fins de apresentação das demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2026, esse grupo totaliza R\$ 3.695.741,10 (31 de dezembro de 2025: R\$ 3.403.831,03).

CLIENTES A FATURAR	31/03/2026	31/12/2025
SSPDS - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	12.053.878,87	8.644.102,30
SEFAZ - Ceará Secretaria da Fazenda	7.130.317,32	6.886.839,42
SESA - Fundo Estadual da Saúde	7.115.511,68	5.355.752,83
SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão do Est. Ceará	6.447.209,13	3.717.929,10
Demais clientes (saldos individuais inferiores a R\$ 188 mil)	3.695.741,10	3.403.831,03
TJCE - Fundo Especial de Reaparelhamento e Mod. Judiciário	2.042.685,51	1.177.872,21
SEDUC - Secretaria de Educação	1.791.037,69	968.240,77
CEARAPREV - Fundação de Previdência Social	1.594.422,99	1.594.422,99
PCCE - Superintendência da Polícia Civil do Ceará	1.504.230,97	1.504.230,97
SEGOV - Secretaria de Estado de Governo do Maranhão	1.371.717,79	279.117,37
JUCEC - Junta Comercial do Estado do Ceará	1.290.803,00	2.371.577,68
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito	1.089.655,38	1.089.655,38
JUCEC - Junta Comercial do Estado do Ceará	824.592,74	-
SESA HEMOCE - Centro de hematologia e Hemoterapia do CE	746.273,60	580.120,70
SEAS - Superintendência do Sistema Estadual de A. Socioeducativo	680.112,24	654.986,03
PGJ/MPCE - Fundo de Reaparelhamento e Modernização	636.539,71	262.612,31

SPS - Sec.de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	593.162,95	593.162,95
SEJUV - Secretaria de Esporte e Juventude	549.430,16	547.398,76
EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do CE	485.011,12	340.342,37
PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal	410.870,06	158.014,56
PEFOCE - Perícia Forense do Estado de Ceará	406.546,88	230.683,04
SESA - Fundo Estadual da Saúde	375.363,39	-
ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados	354.252,07	354.252,07
SAP - Secretaria da Administração Penitenciária	66.279,32	266.279,32
JUCEC - Junta Comercial do Estado do Ceará	256.181,94	-
SEMUSA - Fundo Municipal de Saúde de Porto Velho	239.277,06	-
CAGECE - Cia de Água e Esgoto do Ceará	230.671,20	230.671,20
PROCON - Superintendência Estadual de Defesa Consumidor	223.818,46	2.498,24
PGE - Procuradoria Geral do Estado	210.571,76	210.571,76
TOTAL	54.616.166,09	41.425.165,36

NOTA 7 — CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A ETICE possui créditos tributários registrados no ativo, oriundos, principalmente, de tributos passíveis de recuperação e/ou compensação, conforme previsto na legislação vigente.

A empresa também reconhece créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Tais créditos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
TRIBUTOS A COMPENSAR	30.778.554,28	16.205.912,63
IRPJ Estimativa	2.645.937,41	2.797.437,11
CSLL Estimativa	9.293,79	7.073,30
IRRF (a Compensar)	2.405.084,29	1.241.351,41
IRRF s/ Aplicações Financ (a Compensar)	74.846,87	-
Pis (a Compensar)	331.033,91	3.567,05
COFINS (a Compensar)	1.476.091,62	16.463,34
CSRF (a Compensar)	10.800,00	10.800,00
INSS (a Compensar)	84.637,52	84.637,52
IRPJ Saldo Negativo - 2019	2.929,08	3.886,77
CSLL Saldo Negativo - 2019	0,54	0,54
CSLL Pgto indevido ou a maior	2.318.059,45	398.332,32
IRPJ Pgto indevido ou a maior	2.165.933,60	953.688,56
CSLL Saldo Negativo - 2021	2.126,36	2.126,36
IRPJ Saldo Negativo - 2021	0,71	0,71
IRRF indevido ou a maior	4.500,00	4.500,00
IRPJ Saldo Negativo - 2022	2,06	2,06
CSLL Saldo Negativo - 2022	7.629,51	7.629,51
IRPJ Saldo Negativo - 2023	2.328.749,13	2.210.022,11
CSLL Saldo Negativo - 2023	834.722,59	1.331.416,17
IRPJ Saldo Negativo - 2024	5.258.788,80	6.559.980,71
CSLL Saldo Negativo - 2024	572.997,08	572.997,08
IRPJ Saldo Negativo - 2025	9.963.629,87	-
CSLL Saldo Negativo - 2025	280.760,09	-
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.925.319,21	41.476,82
PIS a Recuperar	455.114,93	-
COFINS a Recuperar	1.441.059,31	-
ICMS a Recuperar	-	12.331,85
ICMS s/ Ativo Imobilizado (a Recuperar)	29.144,97	29.144,97
TOTAL	32.703.873,49	16.247.389,45

NOTA 8 — CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS

A ETICE concede aos seus empregados, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, um adiantamento financeiro denominado “empréstimo férias”, disponibilizado por ocasião do início do período de gozo de férias.

Esse adiantamento possui natureza de empréstimo de curto prazo, sendo registrado no ativo como créditos de funcionários no momento de sua concessão. Sua liquidação ocorre mediante desconto em cinco parcelas na folha de pagamento, iniciando-se no mês subsequente ao retorno das férias.

Os valores concedidos não possuem natureza remuneratória, razão pela qual não integram a base de cálculo de encargos trabalhistas e previdenciários, sendo tratados contabilmente como direitos realizáveis de curto prazo. Em razão do curto prazo entre a concessão e a liquidação, não são reconhecidos encargos financeiros nem ajustes a valor presente sobre essas operações.

A sistemática de desconto em folha de pagamento reduz substancialmente o risco de inadimplência, motivo pelo qual a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas sobre esses créditos na data das demonstrações financeiras. A recuperação desses valores é acompanhada periodicamente pela Administração.

Os saldos são classificados no ativo circulante, de acordo com sua expectativa de realização, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
Adiantamento de Férias	271.767,76	245.447,13
Adiantamento 13º Salário	-	68.736,83
TOTAL	271.767,76	314.183,96

NOTA 9 — ALMOXARIFADO

O almoxarifado é composto por materiais de uso e consumo, avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o respectivo valor de mercado. Esses materiais destinam-se ao atendimento das atividades operacionais e administrativas da ETICE, não sendo incorporados ao ativo imobilizado em razão de sua natureza consumível ou de vida útil inferior a 12 meses.

A baixa dos materiais ocorre no momento de sua requisição e efetiva utilização pelas unidades demandantes, sendo os respectivos valores reconhecidos como despesa no resultado do período, em observância ao regime de competência.

O controle dos estoques é realizado por meio do Sistema de Gestão de Bens Móveis (SGBM), mantido pela Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, em virtude de a empresa ser classificada como estatal dependente, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para fins de mensuração, é adotado o critério de custo médio.

A empresa realiza inventários físicos periódicos dos materiais estocados, com o objetivo de assegurar a confiabilidade e a integridade dos saldos contábeis, mantendo ainda controles internos sobre a movimentação dos materiais, em observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública. Os saldos de almoxarifado são classificados no ativo circulante, conforme sua expectativa de realização, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
Artigos e Utensílios de Escritório	6.286,19	6.998,29
Equipamento de Proc de Dados, de Suporte Software	2.196,65	1.983,92
Equipamentos e Materiais de Limpeza	10.119,69	7.185,42
Aparelhos de Iluminação e Lâmpadas	1.435,10	482,50
Artigos de Higiene	7.839,38	8.807,97
Artigos, Utensílios Utilidades de Uso Doméstico e Comercial	559,95	680,59
Canos, Tubos, Mangueiras e Acessórios	3.648,00	3.648,00
Combustíveis, Óleos, Lubrificantes e Ceras	2.759,14	2.920,84

Condutores Elétricos e Equip de Força e Distribuição	13.823,50	14.344,21
Cordas, Cabos e Correntes	2,85	2,85
Equip de Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Calefação	1.000,95	234,00
Equipamento Para Refeitório, Copa e Cozinha	6.653,49	1.182,93
Ferramentas Manuais	779,35	370,84
Gêneros Alimentícios	13.021,45	4.428,73
Recep e Materiais P/acondicionamento e Embalagem	1.337,76	1.113,86
Vestuários, Equipamentos Individuais e Insignias	1.771,02	215,71
Componentes de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	184,20	-
Ferragens e Abrasivos	90,00	90,00
Máquinas e Equipamentos de Oficinas de Manutenção	80,00	80,00
Substâncias e Produtos Químicos	887,40	-
Equip., Medicamentos, Art.de Uso Médicos, Odont.e Hosp	1.754,24	2.128,04
Equipamentos P/refrigeração, Cond.e Purificação do Ar	210,00	210,00
Instrumentos e Equip.de Controle e Medição	220,32	220,32
Equip Fotográficos, Filmográficos e Fonográficos	-	794,00
Cordas, Cabos e Correntes	2,85	-
Pinceis Tintas e Adesivos	200,40	-
TOTAL	76.863,88	58.123,02

NOTA 10 — OUTROS CRÉDITOS

O montante de R\$ 18.533,50, registrado no ativo não circulante, refere-se a valores pagos a título de multas aplicadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, decorrentes da entrega intempestiva da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Em razão dos fatos que deram origem às referidas penalidades, a Empresa ajuizou ação judicial de ressarcimento em face da empresa Ativos Contadores Associados Ltda., sob o nº 47147-02.2008.8.06.0001, em trâmite perante a 16ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, com o objetivo de reaver os valores despendidos.

O reconhecimento desse ativo fundamenta-se na expectativa de êxito da demanda judicial, conforme avaliação da Administração.

NOTA 11 — DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 2.554.151,41, registrado na conta de depósitos judiciais e classificado no ativo não circulante, é composto por: (i) R\$ 27.200,45, referentes a depósitos recursais vinculados a processos trabalhistas; e (ii) R\$ 2.526.950,96, relativos a depósito judicial efetuado no âmbito de demanda de natureza tributária.

O montante de natureza tributária está associado à discussão judicial acerca da cobrança da contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), referente ao período de 2019 a 2021.

A demanda foi inicialmente proposta sob a forma de Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de tutela de urgência, tendo sido posteriormente convertida em Embargos à Execução. A controvérsia reside na base de cálculo adotada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que, segundo a Empresa, teria incluído indevidamente receitas provenientes de Serviços de Valor Adicionado (SVA), as quais não integram a base de cálculo da referida contribuição.

Os depósitos judiciais são registrados como ativos, uma vez que representam valores vinculados a processos judiciais em andamento, cuja realização está condicionada ao desfecho das respectivas demandas. O tratamento contábil adotado observa o disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração acompanha regularmente o andamento dos processos judiciais e entende que foram adotadas as medidas cabíveis para a adequada defesa de seus interesses.

NOTA 12 — IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base em suas vidas úteis econômicas estimadas, as quais são revisadas periodicamente pela Administração. Os encargos de depreciação são reconhecidos no resultado do período, de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos.

Os gastos subsequentes são incorporados ao valor contábil do ativo apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Empresa e que o respectivo custo possa ser mensurado de forma confiável.

Despesas de manutenção e reparos são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas. O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do ativo imobilizado estão em conformidade com o disposto no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

a) Movimentação do custo de aquisição

BENS EM OPERAÇÃO	SALDO EM 31/12/2025	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/03/2026
Equipamentos de Informática	5.879.546,05	-	-	6.109.203,56
Máquinas e Equip. Energéticos	2.672.197,22	-	-	2.672.197,22
Apar. e Equip. de Comunicação	2.657.016,04	-	-	2.657.016,04
Mobiliários	521.233,10	53.252,10	-	995.583,20
Outras Máquinas, Aparelhos e Equip.	313.956,67	-	-	544.639,02
Equip. Proteção, Seg. e Socorro	256.847,03	-	-	256.847,03
Apar. e Utensílios Domésticos	109.760,74	-	-	110.836,36
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	52.672,61	-	-	52.672,61
Máq. Ferramentas, Utens. Oficina	13.662,11	-	-	13.662,11
Veículos Caminhonetes e Caminhonetes	85.977,99	-	-	-
TOTAL DO IMOBILIZADO	12.562.869,56	53.252,10	0,00	13.412.657,15

b) Movimentação da Depreciação Acumulada

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2025	BAIXAS	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 31/03/2026	PERCENTUAL DEPRECIÇÃO
Equipamentos de Informática	5.367.349,84	-	27.852,39	5.658.223,59	20% a.a
Máquinas e Equip. Energéticos	1.643.413,74	-	66.804,93	1.910.633,46	10% a.a
Apar. e Equip. de Comunicação	1.607.766,13	-	66.425,40	1.873.467,73	10% a.a
Equip. Proteção, Seg. e Socorro	227.963,49	-	-	227.963,49	10% a.a
Mobiliários	241.514,28	-	23.558,31	330.720,27	10% a.a
Equip. Áudio e Vídeo	94.385,77	-	-	94.385,77	10% a.a
Outras Máquinas, Aparelhos e Equip.	93.646,28	-	13.822,10	133.821,58	10% a.a
Apar. e Utensílios Domésticos	78.273,14	-	2.770,89	89.311,90	10% a.a
Veículos e Caminhonetes	44.919,86	-	-	-	20% a.a
Máq. Ferramentas, Utens. Oficina	4.820,44	-	341,55	6.186,64	10% a.a
Equipamento de Prot., Seg. e Socorro	28.883,54	-	-	28.883,54	10% a.a
Amortização Direito de Uso	-	-	110.104,52	110.104,52	20% a.a
TOTAL DEPRECIÇÃO	9.432.936,51	-	311.680,09	10.463.702,49	

NOTA 13 – BENS EM COMODATO

A ETICE recebeu, nos exercícios de 2024 e 2025, determinados bens em regime de comodato, caracterizado pelo empréstimo gratuito, sem transferência de propriedade e sem opção de compra ao término do contrato. Tais bens estão vinculados, majoritariamente, à prestação de serviços de locação de equipamentos de radiocomunicação. Esses bens permanecem sob a titularidade dos respectivos cedentes, não sendo, portanto, reconhecidos no ativo imobilizado da Empresa, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado. Adicionalmente, a Administração avaliou que os contratos firmados não transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade, tampouco configuram contratos de arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os referidos bens são utilizados pela Empresa no desenvolvimento de suas atividades operacionais, sendo posteriormente disponibilizados a clientes mediante contratos de locação, gerando receitas reconhecidas no resultado em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

NOTA 14 – BENS EM DIREITO DE USO

Em janeiro de 2026 houve a formalização do Termo de Cessão Não Onerosa de Bem Imóvel nº 004/2026 de propriedade do Governo do Estado do Ceará, o qual está sendo utilizado pela ETICE como a sua sede administrativa. A cessão tem o prazo de vigência de 5 (cinco) anos. Desta forma, houve o registro no Imobilizado do valor de avaliação do bem objeto do direito de uso, em contrapartida à conta de “Subvenção a Apropriar” no Passivo. Durante o período de vigência do termo de cessão, serão registrados no Imobilizado a amortização do direito de uso em contrapartida à conta de Despesa, e a realização da Subvenção no Passivo em contrapartida à conta de Receita.

NOTA 15 — INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis da Empresa são compostos, principalmente, por licenças de uso de softwares, reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, em conformidade com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Esses ativos são amortizados pelo método linear, ao longo de suas vidas úteis econômicas estimadas, de forma a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Os encargos de amortização são reconhecidos no resultado do período.

Determinadas licenças de uso de software encontram-se totalmente amortizadas, permanecendo registradas pelo custo histórico e pela respectiva amortização acumulada, sem valor contábil líquido.

a) Custo de aquisição

INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2025	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	SALDO EM 31/03/2026
Licenças de Uso de Software	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
TOTAL INTANGÍVEL	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00

b) Amortização acumulada

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2025	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 31/03/2026	PERCENTUAL AMORTIZAÇÃO
Licenças de Uso de Software	1.500.000,00	-	-	-	20% a.a
TOTAL AMORTIZAÇÃO	1.000.000,00	-	-	-	

NOTA 16 — FORNECEDORES

A conta de fornecedores refere-se, substancialmente, às obrigações assumidas pela ETICE junto a terceiros, decorrentes da aquisição de bens e serviços necessários à manutenção de suas atividades operacionais, estando mensurada pelo custo histórico.

A empresa realiza a gestão de seus compromissos com fornecedores de forma a assegurar o cumprimento dos prazos acordados, não havendo, na data das demonstrações financeiras, evidências de inadimplência relevante ou necessidade de reconhecimento de encargos adicionais significativos.

FORNECEDORES	31/03/2026	31/03/2025
Valid Soluções S. A	5.143.606,50	-
Claro Sa	3.290.119,63	-
Golden Tecnologia Ltda	3.057.078,71	-
Lanlink Serviços de Informática SA	492.057,62	-
Seatic Soluções Especializadas em Automação	242.207,51	-

Brisanet Serviços de Telecomunicações S.A.	151.479,34	-
Schneider Electric Brasil Ltda	147.599,88	-
Teltronic Brasil Ltda	68.881,28	-
Ntsec Soluções em Teleinformática Ltda	34.109,90	-
Lgpdnow Tratamento e Hospedagem de Dados	26.991,26	-
Tarea Gerenciamento Ltda	19.913,17	-
Ticket Soluções Hdft Sa	16.634,35	14.401,00
Controller Auditoria e Assessoria Contábil	9.192,67	-
Vip Serviços Odonto Médicos Ltda	5.285,54	-
Aos Construções Ltda	3.610,00	-
Telefônica Brasil SA	3.486,54	-
Brilhantes Produtos de Limpeza EIRELI	2.034,69	-
Ksa Forte Comercio de Produtos de Inform	1.902,30	-
F C Comércio de Materiais de Limpeza Ltda	1.615,34	-
F H da Costa Vianna Ltda	1.548,74	-
Linkmarket Informática e Telecom Ltda	640,00	-
Cleidiana Almeida Azevedo	405,90	-
K N B da Silva Me	394,20	-
Marcelo R dos Santosme	261,20	-
Amar Transportes de Cargas e Comercio	245,00	-
Wellington Izidio de Oliveira ME	241,50	-
7set Comercio e Serviços Ltda	105,00	-
Oi SA em Recuperação Judicial	78,38	74,82
Edilson Abreu de Paula Me 05005	-	69,59
Iclean Comercio e Serviços Ltda	-	350,50
Webtrip Agência de Viagens	-	0,04
Has Engenharia Ltda	-	97,24
Esco Prime Soluções e Serviços Ltda	-	515,87
Desentupidora e Limpa Fossas Destak	-	380,00
Fg Comércio Tendtudo Ltda	-	1.897,20
Locavans Locações e Turismo Ltda	-	380,00
Ampla Master Comércio e Representação Ltda	-	3.777,30
Ana Carla Pereira Costa	-	1.152,00
TOTAL	12.721.726,15	23.095,56

NOTA 17 — FORNECEDORES A FATURAR

A rubrica “Fornecedores a Faturar” refere-se a obrigações assumidas pela ETICE decorrentes de serviços já prestados por terceiros, cujas respectivas notas fiscais ainda não foram emitidas pelos fornecedores até a data das demonstrações financeiras.

O reconhecimento dessas obrigações é efetuado com base no regime de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados, independentemente da emissão da documentação fiscal, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Tais serviços estão, em geral, diretamente relacionados às obrigações de desempenho assumidas pela Empresa em seus contratos com clientes, sendo apropriados ao resultado em observância ao princípio da confrontação entre receitas e despesas, em linha com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Como exemplo, a ETICE, de acordo com a Lei do Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação, pode contratar serviços de tecnologia da informação, telecomunicações ou suporte técnico de terceiros para viabilizar a prestação de serviços aos seus clientes. Ainda que a nota fiscal do fornecedor seja emitida em período subsequente, o respectivo custo é reconhecido no período em que o serviço é prestado e utilizado na geração da receita.

Os saldos são mensurados com base nos valores contratuais e, quando aplicável, em estimativas fundamentadas no estágio de execução dos serviços e em outras informações disponíveis na data de encerramento das demonstrações financeiras. Dessa forma, a mensuração envolve julgamentos da Administração, podendo ocorrer variações quando da emissão das respectivas notas fiscais, cujos efeitos são reconhecidos no resultado do período em que se tornam conhecidos.

A Administração revisa periodicamente tais estimativas, de modo a assegurar que os saldos reflitam adequadamente as obrigações assumidas pela Empresa na data-base das demonstrações financeiras.

FORNECEDORES A FATURAR	31/03/2026	31/12/2025
Ipq Tecnologia Ltda	18.754.766,16	25.284.087,45
Valid Soluções S A	10.783.308,02	32.310.119,17
Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	9.905.689,23	1.500.109,55
Claro S.A.	6.195.179,12	2.808.904,86
Golden Tecnologia Ltda	5.108.682,71	13.342.820,32
Teltronic Brasil Ltda	3.538.166,38	4.070.703,90
Ntsec Soluções Em Teleinformática Ltda	3.088.739,46	4.371.660,40
Has Engenharia Ltda (Consortio Master Conectado)	1.498.621,28	4.216.817,02
Tarea Gerenciamento Ltda	1.371.039,03	1.479.404,07
Portfolio Consultoria Empresarial Ltda	1.083.046,91	2.067.899,10
Lanlink Serviços de Informática S/A	1.017.901,33	506.120,77
Colmeia Soluções em Tecnologia Ltda	771.335,68	3.958.338,83
Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	621.731,93	-
Demais clientes (saldos individuais inferiores a R\$ 155 mil)	469.046,96	338.490,66
N.C. Serviços Ltda	430.426,78	1.547.273,19
Seatic Soluções Especializadas em Automação em TIC Ltda	420.266,27	940.788,11
DB3 Serviços De Telecomunicações S.A.	-	554.843,74
KG Construções Ltda	278.527,17	-
SLS Terceirização de Serviços Ltda	197.557,44	-
Multintegrada Ltda	189.865,00	487.713,30
Schneider Electric Brasil Ltda	169.974,74	302.171,42
Ppn Tecnologia e Informática Ltda	118.655,83	3.693.215,08
Brisanet Serviços de Telecomunicações S.A.	112.213,28	449.526,43
TOTAL	66.124.740,71	104.231.007,37

NOTA 18 — OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Obrigações Tributárias” refere-se, substancialmente, aos impostos e contribuições correntes a recolher, reconhecidas com base no regime de competência, incluindo: (i) provisões relativas às contribuições ao PIS e à COFINS, ao FUST e ao FUNTTEL, bem como ao ISS e ao ICMS incidentes sobre as receitas auferidas no período; e (ii) valores a recolher decorrentes de tributos retidos na fonte sobre serviços tomados de terceiros, especialmente aqueles apurados no mês de dezembro de 2025.

Essas obrigações são reconhecidas no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente de seu efetivo recolhimento, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, sendo mensuradas pelos valores esperados de liquidação junto às autoridades fiscais.

No que se refere às contribuições incidentes sobre a receita, o reconhecimento observa, adicionalmente, os princípios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, no tocante à correta mensuração da base de cálculo. Quanto às retenções na fonte, a Empresa reconhece simultaneamente a despesa correspondente e a obrigação tributária, em linha com a natureza dos serviços tomados.

A Administração acompanha regularmente a apuração e a liquidação dessas obrigações, de forma a assegurar a adequada observância da legislação tributária aplicável.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
IRRF PJ a Recolher	241.426,35	264.206,44
CSRF a Recolher	749.928,44	806.409,21
INSS Retido PJ a Recolher	540.556,39	741.809,88
ISS Retido a Recolher	141.821,40	179.963,10
CSLL a Recolher	157.022,28	328.679,19
PIS a Recolher	1.316.363,34	227.334,20

COFINS a Recolher	6.044.502,06	1.046.898,35
ISS a Recolher	94.445,58	76.233,63
ICMS a Recolher	10.024,19	-
FUNTTTEL	102.287,71	104.037,63
FUST	31.634,61	35.134,45
TOTAL	9.430.012,35	3.810.706,08

NOTA 19 — OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A rubrica refere-se às obrigações da ETICE decorrentes da folha de pagamento, compreendendo salários a pagar, encargos sociais e trabalhistas incidentes, Imposto de Renda retido na fonte sobre salários, bem como consignações, incluindo: (i) contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; (ii) valores de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e (iii) valores descontados dos empregados a título de empréstimos consignados.

Tais obrigações são reconhecidas com base no regime de competência, no período em que os serviços são prestados pelos empregados, independentemente de seu efetivo pagamento, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Os saldos são apresentados no passivo circulante, exceto quando houver direito incondicional de diferimento por prazo superior a 12 meses, sendo mensurados pelos valores esperados de liquidação.

A Administração acompanha regularmente a apuração e o recolhimento dessas obrigações, assegurando a conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e tributária vigente.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
Salários a Pagar	505.908,03	541.202,08
Rescisões a Pagar	18.209,25	-
Pensão Alimentícia a Pagar	10.905,21	12.465,24
Empréstimo BB	8.439,29	21.584,34
Empréstimo Bradesco	121.695,08	123.805,39
Empréstimo Cef	18.047,36	18.753,78
RSPP Previdência Privada	-	76,76
Assetice	31.370,64	39.908,78
Fassesc	272,48	272,48
Empréstimo Santander	508,00	474,59
Empréstimo Capital Consig	282,66	282,66
Empréstimo Somapay	623,66	598,41
Empréstimo Konect	2.037,17	-
INSS A Recolher	983.916,03	949.555,59
FGTS a Pagar	241.457,87	234.705,88
IRRF S/ Assalariados 0561 a Recolher	634.208,26	610.111,40
Contribuição Sindical a Recolher	2.600,80	2.747,74
Iprede	66,00	66,00
TOTAL	2.580.547,79	2.556.611,12

NOTA 20 — PROVISÕES TRABALHISTAS

A ETICE reconhece provisões para férias e décimo terceiro salário com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data-base das demonstrações financeiras, acrescidos dos respectivos encargos sociais, tais como INSS e FGTS.

O reconhecimento dessas provisões é efetuado com base no regime de competência, considerando o período de prestação de serviços pelos empregados, independentemente do efetivo pagamento, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

As obrigações relacionadas a férias e décimo terceiro salário são classificadas como benefícios de curto prazo a empregados e são reconhecidas e mensuradas de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, com base nos valores esperados de liquidação.

As provisões de férias incluem, além da remuneração base, o adicional constitucional de um terço, sendo apropriadas proporcionalmente ao período aquisitivo dos empregados. A provisão para décimo terceiro salário é reconhecida de forma proporcional ao tempo de serviço prestado no exercício.

Os saldos são classificados no passivo circulante, tendo em vista que sua liquidação ocorre, substancialmente, no curto prazo.

A Administração revisa periodicamente os critérios e premissas adotados na mensuração dessas provisões, de modo a assegurar que os valores registrados reflitam adequadamente as obrigações existentes na data das demonstrações financeiras.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
Prov. de 13º Salário a Recolher	716.035,29	223.257,00
Prov. FGTS de 13º Salário a Recolher	57.282,83	17.860,56
Prov. de Férias a Recolher	770.145,30	749.650,77
Prov. FGTS de Férias a Recolher	84.086,27	85.039,11
Prov. INSS de Férias a Recolher	278.764,45	216.175,88
Prov. INSS de 13º Salário a Recolher	191.897,46	62.511,96
TOTAL	2.098.211,60	1.354.495,28

NOTA 21 — PASSIVOS CONTINGENTES

A ETICE é parte em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, os quais se encontram em tramitação em diversas instâncias. As provisões para contingências são constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes desses processos, sendo reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, cuja saída de recursos seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A mensuração das provisões é realizada com base na melhor estimativa da Administração quanto ao valor necessário para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e as circunstâncias específicas de cada processo.

As contingências classificadas como de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas em nota explicativa, enquanto aquelas classificadas como de perda remota não requerem provisão nem divulgação, conforme previsto no CPC 25.

Dessa forma, as ações classificadas como de perda provável encontram-se devidamente provisionadas, enquanto aquelas avaliadas como de perda possível são divulgadas para fins de transparência, conforme segue.

PROCESSO	VALOR DA AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0039500-29.2009.5.07.0005	2.000.000,00	Trabalhista	Perda Provável
0005900-5.1998.5.07.0001	16.249,08	Trabalhista	Perda Provável
0001812-7.2025.5.07.0013	23.456,58	Trabalhista	Perda Provável
0080037-7.2018.5.07.0000	20.000,63	Trabalhista	Perda Provável
0148323-72.2018.8.06.0001	90.754,56	Cível	Perda Provável
0273623-05.2022.8.06.0001	1.174,16	Cível	Perda Provável
0241908-76.2021.8.06.0001	1.110,91	Cível	Perda Provável
TOTAL	2.152.745,92		

No tocante ao Processo nº 0039500-29.2009.5.07.0005, há sentença condenatória transitada em julgado, que condenou solidariamente a ETICE, o Estado do Ceará e a empresa Request, não havendo mais possibilidade de interposição de recursos. Em razão disso, teve início a fase de liquidação e execução da sentença.

Posteriormente, o Estado do Ceará ajuizou a Ação Rescisória nº 0080035-67.2018.5.07.0000, com o objetivo de desconstituir a decisão judicial anteriormente proferida. Caso a referida ação não prospere, o pagamento do valor atualizado deverá ocorrer por meio do regime de precatórios do Estado do Ceará, nos termos da Lei Estadual nº 18.432/2023. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução.

Ressalta-se ainda que existe outras ações trabalhistas em curso que são originadas a partir do Processo nº 0039500-29.2009.5.07.0005, onde também existe o risco de perda provável, e a possibilidade de os valores serem quitados através do regime de precatórios do Estado do Ceará. Segue a relação dos Processos relacionados a esta situação:

- (i) Processo 0001372-75.2025.5.07.0005;
- (ii) Processo 0001016-22.2021.5.07.0005;
- (iii) Processo 0001292-82.2023.5.07.0005;
- (iv) Processo 00010318-74.2025.5.07.0005.

A ETICE possui, ainda, outros processos judiciais classificados como de perda possível, os quais não foram objeto de provisionamento contábil, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tais processos encontram-se agrupados a seguir, segundo a natureza das ações, para fins de acompanhamento e transparência.

TIPO DA AÇÃO	VALOR DA AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Cível	39.968.905,86	Perda Possível
Trabalhista	2.485.202,92	Perda Possível
TOTAL	42.454.108,78	

NOTA 22 — PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício de 2025, a variação do Patrimônio Líquido decorreu da apuração de lucro líquido no montante de R\$ 39.518.894,82, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Ressalta-se ainda, que todas as mutações ocorridas no Patrimônio Líquido se encontram devidamente evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

NOTA 23 – RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida é composta pelas receitas oriundas das transferências do Estado do Ceará e da prestação de serviços, deduzidas dos impostos incidentes, cancelamentos e abatimentos, sendo reconhecida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas.

A receita líquida da ETICE no primeiro trimestre de 2025 totalizou a importância de R\$ 117.975.420,14, enquanto em 2026 a empresa alcançou R\$ 102.725.512,57, representando uma redução de R\$ 15.249.907,57.

A supressão observada no período decorre, principalmente, da descontinuidade de alguns contratos, variação do comportamento de consumo e medições de serviços não concluídas.

A Administração acompanha continuamente a evolução das receitas, avaliando os fatores operacionais e contratuais que impactam seu desempenho, de modo a assegurar a adequada mensuração e reconhecimento contábil.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
VENDAS DE SERVIÇOS	103.255.468,41	108.877.065,64
Receita Serviços de Conectividade	10.283.270,30	7.560.132,36
Receita Serviços Nuvem	67.294.566,48	69.736.196,40
Receita Serviços Videomonitoramento	10.221.593,12	17.308.774,68
Receita Serviços Voip	1.981.869,20	865.897,19
Receita Serviços Rádio	13.474.169,31	13.406.065,01
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ	8.528.529,62	13.141.758,75
(-) IMPOSTOS S/ VENDAS	9.058.485,46	4.043.404,25
ICMS S/ Vendas	137.731,68	177.660,89
COFINS S/ Vendas	6.068.940,13	5.144.303,04

PIS s/ Vendas	1.317.335,33	1.116.562,44
ISS s/ Faturamento	1.388.087,45	2.017.545,28
(-) FUST	97.593,91	71.247,24
(-) FUNTTEL	48.796,96	35.638,62
(-) Crédito Pis Não Cumulativo	-	806.190,58
(-) Crédito COFINS Não Cumulativo	-	3.713.362,68
TOTAL	102.725.512,57	117.975.420,14

NOTA 24 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 78.626.249,76 no primeiro trimestre de 2026, em comparação a R\$ 94.475.838,66 no primeiro trimestre de 2025, representando uma redução de R\$ 15.849.588,90.

Os custos dos serviços prestados são compostos, majoritariamente, por gastos diretamente relacionados à execução dos serviços contratados, incluindo despesas com fornecedores, mão de obra, encargos sociais, infraestrutura e demais insumos necessários à prestação dos serviços.

Importa informar que os custos são reconhecidos no resultado em conformidade com o regime de competência, em observância ao princípio da confrontação entre receitas e despesas, conforme estabelecido no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Administração monitora continuamente a evolução dos custos, com o objetivo de assegurar eficiência operacional e adequada margem nos contratos firmados.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
CUSTO COM SERVICOS PRESTADOS	85.018.128,63	92.371.533,82
Custo de Serviço Conectividade	5.856.680,17	6.038.029,26
Custo de Serviço Voip	1.433.785,91	607.117,57
Custo de Serviço Nuvem	55.397.800,01	59.498.369,60
Custo de Serviço Videomonitoramento	11.489.008,00	15.278.580,80
Custo de Serviço Radiocomunicação	10.603.686,54	10.736.244,59
Custo de Serviço Ceara Conectado	237.168,00	213.192,00
CUSTO COM PESSOAL	1.653.483,56	1.422.700,93
Salários e Ordenados	768.991,92	755.810,74
Férias	-	103.591,26
13º Salário	-	77.693,43
Auxílio Creche	2.251,74	903,45
Gratificação	427.904,72	386.358,40
Vale Transporte	-	264,27
Vale Alimentação	35.785,93	-
Assistência Médica	139.155,98	-
Abono Férias	-	25.684,75
Vantagem Incorporada	1.675,32	620,06
Abono Compensatório	-	6.512,09
Provisão s/ Férias	101.313,40	-
Provisão s/ INSS Férias	33.863,94	-
Provisão s/ FGTS Férias	8.105,13	-
Provisão s/ 13º	99.729,59	-
Provisão s/ INSS 13º	26.727,52	50.759,73
Provisão s/ FGTS 13º	7.978,37	14.502,75
ENCARGOS SOCIAIS	201.234,31	402.395,07
INSS Patronal	132.368,59	309.994,58
FGTS	68.865,72	92.400,49
OUTROS CUSTOS	-8.246.596,74	279.208,84
CUSTOS INDIRETOS OPERACIONAIS	146.986,52	299.288,49
Depreciações e Amortizações	102.601,34	299.288,49
Custas Judiciais	800,00	-
Combustíveis	20.465,22	-
Aluguel de Veículos	23.119,96	-
IMPOSTOS S/ CUSTOS INDIRETOS	-8.393.583,26	-20.079,65

ICMS s/ Entradas	-	-20.079,65
(-) Crédito de PIS s/ Serviços Tomados	-1.501.588,57	-
(-) Crédito de COFINS s/ Serviços Tomados	-6.891.994,69	-
TOTAL	78.626.249,76	94.475.838,66

NOTA 25 — DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 15.152.514,19, no primeiro trimestre de 2026, em comparação a R\$ 12.569.488,66, no primeiro trimestre de 2025, representando um aumento de R\$ 2.583.025,53.

Essas despesas compreendem os gastos necessários à manutenção das atividades administrativas e operacionais da ETICE, incluindo, entre outros, despesas com pessoal administrativo, serviços de terceiros, materiais de consumo e demais despesas gerais.

As despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

A Administração acompanha continuamente a evolução dessas despesas, buscando a otimização dos gastos e o alinhamento com o nível de atividade da Empresa.

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.798.173,12	12.579.528,37
DESPESAS COM PESSOAL	10.288.906,32	8.695.776,97
Salários e Ordenados	4.513.080,85	4.767.701,15
Férias	64.242,94	104.947,99
13º Salário	11.388,81	-
Premios e Gratificações	2.848.797,66	2.500.073,21
Auxílio Creche	6.004,64	5.851,77
Vale Transporte	341,50	1.639,23
Rescisão	21.810,81	1.235,07
Vale Alimentação	232.349,48	266.640,00
Bolsa Estágio	2.208,50	5.636,96
Ajuda de Custo Viagem	20.859,62	5.863,73
(-) Recuperação Despesas	-252.328,47	-231.162,17
Assistência Médica	1.005.474,69	761.368,91
Vantagens Incorporadas	3.214,86	4.010,28
Abono Férias	28.308,84	43.312,99
Abono Compensatório	46.711,62	42.117,43
Pessoal Cedido	53.210,46	-
Provisão s/ Férias	617.969,89	148.703,45
Provisão s/ INSS Férias	224.797,52	54.343,71
Provisão s/ FGTS Férias	48.780,72	15.526,80
Provisão s/ 13º	587.300,72	145.563,57
Provisão s/ INSS 13º	157.396,60	40.757,79
Provisão s/ FGTS 13º	46.984,06	11.645,10
ENCARGOS SOCIAIS	2.808.846,12	2.549.104,61
INSS Patronal	2.177.504,54	1.962.773,00
FGTS	631.341,58	586.331,61
COMPRA DE MATERIAIS OPERACIONAIS	53.977,47	24.980,72
Compra de Mat de Uso e Consumo	53.977,47	26.603,22
(-) Devolução de Mat de Uso e Consumo	-	-1.622,50
DESPESAS GERAIS	400.343,58	223.835,94
Energia Elétrica	127.469,78	137.263,86
Água e Esgoto	392,06	340,06
Telefone e Internet	19.836,06	19.154,57
Mensalidade e Anuidades de Associações, Conselhos	-	10.000,00
Combustíveis ou Lubrificantes	35.229,07	-
Ressarcimento de Receita	94.515,44	-
Taxas e Despesas Judiciais	132,28	-

Seguros Diversos	3.761,56	2.906,28
Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	5.652,00	3.440,00
Aluguéis de Veículos/ Transporte	33.141,96	-
Taxas, Emolumentos e Xerox	1.489,03	906,14
Doe - Publicações - Casa Civil	79.833,34	49.825,03
(-) Outras Recuperações de Despesas	-1.109,00	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	114.490,83	-
Outras Despesas	114.490,83	-
SERVICOS DE TERCEIROS	922.530,05	803.184,93
Assessoria Contábil	33.528,06	18.644,84
Serviços Gráficos	-	72,00
Manutenção e Conservação de Bens e Equipamentos Ad	7.517,10	10.860,20
Serviços de Instrutores de Cursos	125.472,13	-
Serviços de Segurança e Monitoramento	155.435,12	52.331,52
Transp. de Resíduo Sólidos / Incineração	5.068,29	3.390,00
Locação de Mão de Obra	566.775,05	707.180,98
Serviços de Dedetização	-	580,00
Frete e Carretos	-	400,00
Eventos	4.935,00	6.080,00
Despesas Com Transportes - Taxi	4.481,36	1.021,98
Passagens Aéreas	19.317,94	2.623,41
DEPRECIACAO ADIMINISTRATIVA	209.078,75	282.645,20
Depreciações e Amortizações	98.974,23	282.645,20
Amortização do Direito de Uso	110.104,52	-
DESPESAS COMERCIAIS	534.910,84	-
DESPESA COM PESSOAL	463.781,42	-
Salários e Ordenados	332.159,51	-
Prêmios e Gratificações	17.936,47	-
Vale Alimentação	13.728,66	-
Assistência Médica	19.393,33	-
Provisão s/ Férias	28.843,05	-
Provisão s/ INSS	10.314,22	-
Provisão s/ FGTS	2.307,46	-
Provisão s/ 13º	29.004,98	-
Provisão s/ INSS 13º	7.773,34	-
Provisão s/ FGTS 13º	2.320,40	-
ENCARGOS SOCIAIS	55.203,03	-
INSS Patronal	36.618,02	-
FGTS	18.585,01	-
DESPESAS GERAIS	15.926,39	-
Aluguéis de Veículos/ Transportes	14.148,00	-
Combustíveis	1.778,39	-
DESPESAS TIBUTÁRIAS	971,05	-
ICMS Difal	25,79	-
Impostos e taxas diversas	945,26	-
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-181.540,82	-10.040,00
Outras Receitas	-71.436,30	-
Subvenção Governamental. Cessão de Uso	-110.104,52	-10.040,00
TOTAL	15.152.514,19	12.569.488,37

NOTA 26 — RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro apresentou saldo positivo de R\$ 3.041.522,56 no primeiro trimestre de 2026, frente a R\$ 1.227.243,24 no mesmo período de 2025, representando um crescimento de 147,83%.

A variação decorre, principalmente, do aumento dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 3.040.602,03, evidenciando o bom desempenho das disponibilidades financeiras da Companhia no período.

a) **Receitas Financeiras**

DESCRIÇÃO	31/03/2026	31/03/2025
RECEITAS FINANCEIRAS	3.041.522,56	1.227.243,24
DESCONTOS OBTIDOS OU AUFERIDOS	-	800,92
Descontos Obtidos	-	800,92
RENDIMENTO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.040.602,03	962.305,50
Rendimento de Aplicação Financeira	3.040.602,03	962.305,50
VARIACOES MONETARIAS ATIVAS	920,53	264.136,82
Variações Monetárias Ativas	920,53	-
Atualização Selic	-	264.136,82
TOTAL	3.041.522,56	1.227.243,24

NOTA 27 — RESULTADO DO PERÍODO

No primeiro trimestre de 2026, a ETICE apurou lucro líquido de R\$ 10.573.490,18, em comparação com R\$ 10.834.352,39 registrados no mesmo período de 2025, representando uma redução de R\$ 260.862,21, equivalente a 2,4%.

A redução do resultado decorre, principalmente, da assunção, a partir de janeiro de 2026, do custeio da folha de pagamento e dos encargos sociais dos empregados lotados na sede, anteriormente suportados por transferências do Estado do Ceará e que passaram a ser financiados com recursos próprios da Empresa.

Não obstante esse incremento nas despesas operacionais, a ETICE manteve resultado líquido praticamente estável em relação ao mesmo período do exercício anterior, evidenciando sua eficiência operacional, a adequada gestão dos custos e despesas e a sustentabilidade econômico-financeira de suas operações.

Fortaleza/CE, 31 de março de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por
HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.07.15 07:50:36 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
CPF: 074.179.208-70
Presidente

RIVEA CRISTINA DA
SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por
RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.07.14 17:29:39 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas
CRC/CE: 026274/O-4
Contadora

KARINNY CUSTODIO
DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.07.14 19:36:20 -03'00'

Karinny Custódio de Melo
CPF: 014.571.833-66
Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital
por EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Edésio Cardoso Filho
CPF 168.500.413-04
Gerente de Contabilidade